

Índice:

Maria Augusta Lima Cruz – “Mouro para os cristãos e cristão para os mouros: o caso Bentafufa.”	p. 39-63
Carmen Radulet – “Baccio da Filicaia: um florentino entre Portugal e o Brasil em finais do século XVI e princípios do século XVII.”	p. 65-77
Francisco Contente Domingues – “O Naufrágio da Nau «S. Alberto»”.	p. 79-86
João Paulo Oliveira e Costa – “O Império Português em meados do século XVI.”	p. 87-121
Zoltán Biedermann – “A última carta de Francisco de Albuquerque (Cochim, 31 de Dezembro de 1503).”	p. 123-153
Vítor Rodrigues – “O Reforço do Poder Naval Português no Oriente com Afonso de Albuquerque (1510-1515): suas implicações.”	p. 155-163
Alexandra Pelúcia – “Entre a Honra e o Proveito: Nobres à Margem do Estado Português da Índia na Primeira Metade do Século XVI.”	p. 165-176
João Teles e Cunha – “Sombras no acaso do Emperium Mundi. A família real e a luta pelo poder em Ormuz (1565-1622).”	p. 177-198
Jorge Flores & Sanjay Subrahmanyam – “Rei ou bode expiatório? A lenda do sultão Bulaqi e a política mogol do Estado da Índia (1630-1635).”	p. 199-229
Luís Frederico Dias Antunes – “Algumas considerações sobre os Prazos de Baçaim e Damão.”	p. 231-257
Anthony Disney – “The Fiscal Reforms of Ciceroy Linhares at Goa.”	p. 259-275
Maria de Jesus dos Mártires Lopes – “A Problemática da Conversão ao Cristianismo em Goa: os Catecúmenos de Betim (séculos XVIII-XIX).”	p. 277-305
José Alberto Rodrigues da Silva Tavim – “Judeus de Cochim: um Caminho em aberto ... Sinopse de estudos editados e em publicação.”	p. 307-332
Maria Ana Marques Guedes – “Intérpretes de Português na Birmânia.”	p. 333-351
Maria da Conceição Flores – “A embaixada de Pedro Vaz de Siqueira ao Sião em 1684.”	p. 353-375
Jorge Manuel dos Santos Alves – “As Moedas de Ouro e Estanho nos Sultanatos do Extremo Norte de Samatra (séculos	p. 377-388

XIV a XVI).”

- Manuel Lobato – “Notas e correções para um edição crítica do Ms. da Livraria n.º 805 (IAN/TT), a propósito da publicação de um tratado do Pe. Manuel de Carvalho SJ.” p. 389-408
- Luís Filipe Barreto – “Da China Ming na Cultura Europeia: os Pólos Português e Italiano (1499-1550).” p. 409-446
- Roderich Ptak – “The Fujianese, Ryukyuan and Portuguese (c. 1511 to 1540s): Allies or Competitors?” p. 447-467
- Dejanirah Couto – “Trois Documents sur une Demande de Secours Ormouzi à la Porte Ottomane. ” p. 469-493

Resumos:

Maria Augusta Lima Cruz – “Mouro para os cristãos e cristão para os mouros: o caso Bentafufa.” Pp. 39-63

Bentafufa foi um muçulmano que, como alcaide dos «mouros das pazes», teve um papel fundamental na criação de um efémero protectorado português em Marrocos, no séc. XVI. Neste artigo, traçam-se as etapas fundamentais do percurso deste alcaide, enquadradas no complexo campo de lealdades, alianças, estratégias e interesses em jogo.

Carmen Radulet – “Baccio da Filicaia: um florentino entre Portugal e o Brasil em finais do século XVI e princípios do século XVII.” Pp. 65-77

A partir do século XIV Lisboa constitui para Florença uma chave de acesso para o Atlântico, oferecendo-lhe a possibilidade de alargar a sua influência, inicialmente em direcção à Europa do Norte, sucessivamente para as Ilhas atlânticas e para as costas da África e, após as viagens de Vasco da Gama e de Pedro Álvares Cabral, para o Oriente e para o Brasil. Além de empenhar grandes capitais e pessoal qualificado no movimento de Descoberta e Expansão empreendido pela Coroa portuguesa, Florença cultivava também o sonho de desempenhar um papel de relevo nesta empresa através da utilização de Porto Pisano como empório para a comercialização dos produtos orientais no Mediterrâneo e na Europa Central. Este projecto inicial fracassou por motivos de política interna e internacional mas quer Cósimo I, quer Francesco I e Ferdinando de Médices, retomaram, de certa maneira, a ideia de um envolvimento directo de Florença na Expansão extra-europeia. Neste contexto inscreve-se o desejo de Ferdinando de Médices de criar no Atlântico – nas costas da África ou no Brasil – um empório capaz de abrir ao Principado novas perspectivas de desenvolvimento e, também, a experiência pessoal do

arquitecto militar florentino Baccio da Filicaia que viveu e trabalhou durante algumas décadas no Brasil.

Francisco Contente Domingues – “O Naufrágio da Nau «S. Alberto»”. Pp. 79-86

Em 1735-1736, Bernardo Gomes de Brito publicou os dois volumes da sua História Trágico-Marítima, contendo doze relatos de naufrágios da Carreira da Índia. Alguns desses textos são particularmente úteis para a compreensão das razões de natureza técnica que estavam na sua origem, embora nem todos os autores revelem preparação suficiente para discutir esse lado específico da questão. João Baptista Lavanha (c. 1555-1624), cosmógrafo-mor do reino de Portugal, foi o autor do relato do naufrágio da nau “S. Alberto”, precisamente aquele que melhor combina o conhecimento técnico com a valia literária. Lavanha nunca embarcou em navios de grande porte, mas o seu relato revela uma compreensão adequada do que aconteceu, e porquê. Lavanha considerava que o método de carenagem e a construção dos navios por contrato eram as razões principais que levavam à perda dos navios da Carreira da Índia, e neste artigo discute-se a pertinência da sua análise da questão.

João Paulo Oliveira e Costa – “O Império Português em meados do século XVI.” Pp. 87-121

Desde o século XV, a Expansão Portuguesa evoluiu sob um modelo de imperialismo marítimo, e o eixo geo-estratégico do Império estava ainda centrado no Mediterrâneo, na linha de fronteira entre a Cristandade e o Crescente. Apesar de ter alargado os seus domínios e a sua influência do Brasil até à China, D. Manuel I permanecera fiel a esta lógica. Além disso, toda a estrutura militar e político-administrativa do Império era preenchida por membros da média e baixa nobreza, sobretudo membros da Casa Real, e o comércio ultramarino estava em grande medida sujeito ao monopólio régio. D. João III introduziu várias dinâmicas de mudança na política imperial: desligou-se da velha ideia da Grande Cruzada à Terra Santa e centrou os seus interesses nos oceanos; criou um império bi-polar em que a Coroa intervinha simultaneamente no mundo atlântico e no oriental; liberalizou o comércio e abriu espaço para a crescente intervenção de outros agentes sociais, nomeadamente os mercadores e os missionários; finalmente, apoiou e estimulou o desenvolvimento de estratégias de ocupação territorial. Assim, por meados do século XVI, o Império Português era uma entidade pujante, apesar dos múltiplos problemas que enfrentava, que começava a transformar-se profundamente. A velha lógica do imperialismo marítimo convivia então com a lógica de ocupação espacial; esta acabaria por se impor definitivamente por meados do século XVII, quando quase todas as posições ligadas apenas ao comércio marítimo foram perdidas ou abandonadas.

Zoltán Biedermann – “A última carta de Francisco de Albuquerque (Cochim, 31 de Dezembro de 1503).” Pp. 123-153

Oferece-se no presente artigo uma versão portuguesa anotada da última carta que Francisco de Albuquerque enviou a D. Manuel, desde Cochim, em finais de Dezembro de 1503. O documento, conservado apenas numa tradução alemã de 1504 e publicado em Augsburg no século XIX, constitui um acervo importante de dados relativos aos acontecimentos que levaram a um primeiro acordo político dos portugueses com os governantes de Calicute. Numa breve introdução, explica-se o significado de tal carta e lançam-se algumas questões sobre a sua importância enquanto texto que não condiz, em todos os seus detalhes, com as crónicas habitualmente usadas para o período em questão.

Vítor Rodrigues – “O Reforço do Poder Naval Português no Oriente com Afonso de Albuquerque (1510-1515): suas implicações.” Pp. 155-163

No artigo que agora se apresenta começamos por analisar as concepções políticas e militares de Afonso de Albuquerque, que conduziram à adopção de uma política de carácter marcadamente imperialista com a consequente conquista de alguns dos principais centros político-militares e estratégicos do Índico. Abordamos, seguidamente, todas as implicações daí decorrentes, não só em termos do aumento do número de navios e artilharia, mas também de efectivos militares, com a consequente necessidade de mais capitais disponíveis para fazer face ao aumento das despesas, e analisamos detalhadamente toda a acção desenvolvida pelo Governador no sentido de proceder não só à reforma das suas estruturas militares, mas também, e sobretudo, à criação de novas armadas que possibilitassem o controlo de uma área cada vez mais vasta. Por último, procuramos explicar como, do nosso ponto de vista, essas profundas transformações, que estiveram na base da afirmação dos portugueses como principal potência naval no Oriente, contribuíram também para iniciar o que designamos como um processo de “orientalização das armadas portuguesas”, que virá a ser responsável, a longo prazo, por alterações profundas nas práticas de combate naval dos portugueses no Índico e nos mares do Sul, com todos os problemas daí decorrentes.

Alexandra Pelúcia – “Entre a Honra e o Proveito: Nobres à Margem do Estado Português da Índia na Primeira Metade do Século XVI.” Pp. 165-176

De uma forma geral, os elementos da nobreza portuguesa que participaram no processo de expansão ultramarina foram motivados tanto pela ambição material como pela necessidade de afirmação social. No contexto específico da Ásia marítima da primeira metade do século XVI registaram-se, porém, alguns casos de nobres que protagonizaram actos de revolta, hipotecando seriamente um dos princípios que lhes deveriam ser mais caros, ou seja, a honra nobiliárquica. Este estudo tem por objectivos compreender os fundamentos de

tais atitudes e analisar as respectivas consequências, no quadro da presença portuguesa no Oriente.

João Teles e Cunha – “Sombras no acaso do Emperium Mundi. A família real e a luta pelo poder em Ormuz (1565-1622).” Pp. 177-198

Os três últimos reis de Ormuz (1565-1622) fornecem um pretexto para estudar a decomposição do reino sob domínio português. Apesar de manter estruturas políticas autónomas desde 1515, a luta entre soberanos e vizires minou as possibilidades de reocuparem a posição perdida, apesar de alianças conjunturais e de casamentos. As autoridades portuguesas, com destaque para os capitães, foram os principais beneficiários do “declínio” ormuziano, para além de serem os principais actores dessa situação. A interferência económica registada desde 1515 privou a elite ormuziana de receber receitas substanciais e o envolvimento português acabou por ser político e religioso, o que se revelou nocivo para os laços pessoais e políticos que mantinham coesa a talassocracia ormuziana no Golfo Pérsico. Quando se tornou patente o resultado desta linha política, com o perigo subjacente de fazer perigar a posição do Estado da Índia numa área estrategicamente vital, a Coroa procurou arrear caminho e estabelecer um novo relacionamento com as instituições locais, particularmente com o rei. Demasiado tarde, a expansão Safévida sob ‘Abbas impediu a mudança e o resultado final foi a conquista de Ormuz em 1622 por uma força Anglo-Persa. Apesar de tentar reviver o resto da talassocracia ormuziana no Omã, os esforços portugueses revelaram vãos e despertaram a resistência local que acabaria por os expulsar do Golfo Pérsico, com excepção da alfândega mista Luso-Persa do Congo, uma relíquia que só desapareceria c. 1722.

Jorge Flores & Sanjay Subrahmanyam – “Rei ou bode expiatório? A lenda do sultão Bulaqi e a política mogol do Estado da Índia (1630-1635).” Pp. 199-229

O artigo ocupa-se da história do sultão Bulaqi e da sua relação com a política do Estado da Índia para o Decão e Norte da Índia durante o governo de D. Miguel de Noronha, conde de Linhares. Neto do imperador mogol Jahangir (r. 1605-1627), Bulaqi foi mandado matar pelo tio, o príncipe Khurram (Shahjahan, r. 1628-1658), para que não ascendesse ao trono. Todavia, logo se difundiu o rumor de que o sultão lograra fugir e, deambulando entre a Pérsia e vários lugares da Índia, tencionava recuperar os seus direitos régios. Seguimos aqui os múltiplos trajectos e implicações deste rumor, confrontando a esse propósito fontes portuguesas com fontes persas (mogóis e safavidas).

Luís Frederico Dias Antunes – “Algumas considerações sobre os Prazos de Baçaim e Damão.” Pp. 231-257

O estudo das estruturas de enquadramento e administração do território e da população, especialmente em Damão e Baçaim, praças em que o domínio português se fazia sentir em territórios mais vastos, é um terreno de investigação importante, não apenas no campo da história política e institucional, mas também, e talvez sobretudo, no que respeita à forma como se formou e evoluiu o Estado Português da Índia. O presente artigo estuda precisamente a génese da atribuição dos chamados prazos na chamada região da «Província do Norte» e a evolução da estrutura agrária hindu e das instituições locais, por influência do regime político e do direito português exercido entre 1535 e 1573.

Anthony Disney – “The Fiscal Reforms of Ciceroy Linhares at Goa.” Pp. 259-275

O vice-rei Linhares chegou a Goa em 1629 com instruções para realizar reformas fundamentais no sistema fiscal do governo da Índia. Durante os cinco anos seguintes, Linhares empenhou-se decisivamente na implementação destas reformas. Apesar da vigorosa oposição do clero e dos funcionários do aparelho administrativo do Estado da Índia, o vice-rei logrou consolidar as receitas e tentou dar prioridade às necessidades da defesa. Procurou também reduzir em muito as despesas, principalmente através a diminuição do número de pessoas arroladas na folha de pagamentos do Estado. Linhares recuperou a polémica colecta, renegociou os contratos dos direitos da alfândega e, pela primeira vez, estabeleceu uma alfândega em Chaul. Ao mesmo tempo, tentou realizar reformas na matrícula e na casa dos contos e esforçou-se por estabelecer um terço em Goa. Desde o início do seu governo, Linhares teve de enfrentar uma forte oposição dos interesses particulares, tanto mais que o apoio que recebia da coroa era, na prática, muito limitado. Nestas circunstâncias, não é de surpreender que, apesar dos seus esforços, as reformas fiscais de Linhares não tenham alcançado grande êxito.

Maria de Jesus dos Mártires Lopes – “A Problemática da Conversão ao Cristianismo em Goa: os Catecúmenos de Betim (séculos XVIII-XIX).” Pp. 277-305

O que se pretende neste artigo é dar um contributo para as várias questões relacionadas para as conversões – mormente dos goeses hindus – para o cristianismo. O estudo sistemático de um acervo documental – Os Catecúmenos de Betim (1733-1841) – permite reflectir sobre alguns aspectos dessa complexa matéria, tais como, as motivações dos conversos, a sua proveniência geográfica, a sua condição social e profissional, a sua origem religiosa, etc. O cruzamento desta documentação com os editos da Inquisição – sobretudo o de 1736 – e as listas dos sentenciados, bem como os decretos episcopais, possibilita o conhecimento de alguns traços peculiares do seu quotidiano religioso.

José Alberto Rodrigues da Silva Tavim – “Judeus de Cochim: um Caminho em aberto ... Sinopse de estudos editados e em publicação.” Pp. 307-332

Neste artigo tentamos analisar e contextualizar as obras “científicas” produzidas sobre os judeus de Cochim, desde os prolixos estudos de Walter Joseph Fischel até à actualidade, ou seja, mormente até aos artigos elaborados com base no cancionero judaico, em malaiala, que vem sendo traduzido, interpretado e editado por um núcleo inicial constituído por P.M. Jussay, Shirley Berry Isenberg e Barbara C. Johnson, mas que se tornou mais e mais abrangente . O que foi produzido sobre os judeus de Cochim, e porque foi produzido, ao longo do século XX, é um dos temas fundamentais deste artigo. O outro são os projectos em curso, no sentido de obras a publicar, percursos de investigação e encontros científicos programados, em áreas que vão da Literatura à Sociologia, à Antropologia, à Etnomusicologia e aos Estudos de Folclore, revelando que sobre um grupo diminuto, do ponto de vista sociológico, existe ainda um “caminho em aberto”, em termos de investigação social.

Maria Ana Marques Guedes – “Intérpretes de Português na Birmânia.” Pp. 333-351

O desvanecer das relações oficiais não pôs termo aos contactos luso-birmanos. Muitos portugueses permaneceram na Birmânia, como voluntários ou cativos, uns e outros assimilados a nível político-administrativo ou económico-cultural. Exerciam funções de serviços régios, ahmudan, abrangendo um leque de actividades públicas que abraçavam comércio, diplomacia e protocolo de corte. Destacam-se os intérpretes, indispensáveis nos contactos externos do país de acolhimento onde o emprego de tradutores é quase cultural: a diversidade etnolinguística, obstando a centralização política, implica recurso a especialistas em línguas; e a dependência secular de estrangeiros na navegação marítima criou plataformas de entendimento assentes na interpretação profissional. O presente artigo aborda o uso de intérpretes e do luso idioma como língua franca e de corte. O fenómeno é comum às formações políticas locais: consideram-se a Birmânia Imperial e o Arracão. Quanto ao cargo, denota-se o modelo regional de relações internacionais. Um funcionalismo hierarquizado e enquadrado por estatuto próprio aproxima o "língua" local do macaense; porém a ausência de profissionais ao serviço de Goa e a escolha do idioma português, distanciam o intérprete birmano do seu congénere china e abeiram-no do suesteasiático. Quanto à língua, a documentação birmana em português ou bilingue não foge ao estilo da prosa oficial coeva; fica por averiguar a oralidade de um português-crioulo semelhante ao corrente em outras partes da Ásia.

Maria da Conceição Flores – “A embaixada de Pedro Vaz de Siqueira ao Sião em 1684.” Pp. 353-375

Durante o século XVII os Portugueses tentaram travar a influência de outros povos europeus estabelecidos entretanto no reino de Ayuthya ou Sião. Primeiro, trabalharam sem sucesso, no sentido de afastar os seus grandes rivais Holandeses de terras siamesas. Mais tarde, já na segunda metade de seiscentos, tiveram de enfrentar a crescente influência dos Franceses em Ayuthya que, através da acção dos seus vigários apostólicos, ameaçavam os direitos do Padroado português sobre o Sião e pareciam vir a alcançar grande predominância económica naquele reino. Em 1683 o vice-rei da Índia, D. Francisco de Távora, decidiu enviar Pedro Vaz de Siqueira como embaixador ao rei Narai do Sião no intuito de confirmar a antiga amizade com aquele reino e conseguir a expulsão dos missionários franceses. A embaixada chegou ao Sião em Março de 1684. Siqueira foi recebido em Ayuthya por Constantino Falcão, o valido grego do rei Narai, com quem acertou os pormenores da embaixada. Mais tarde, o embaixador português foi recebido em Lopburi pelo próprio monarca com grandes honras e cordialidade. Embora não conseguindo a expulsão dos Franceses, Siqueira alcançou garantias de que a colónia portuguesa estabelecida em Ayuthya não seria por eles incomodada. Mais importante ainda para a causa portuguesa, Narai decidiu enviar três embaixadores a Portugal. Estes últimos, contudo, nunca chegariam à Europa, pois pereceram no naufrágio da nau em que viajavam em direcção a Lisboa por alturas do Cabo da Boa Esperança. Os Franceses, que alcançariam nos anos seguintes uma posição ainda mais importante no Sião, acabariam por ser quase todos expulsos de terras siamesas na chamada revolução de 1688.

Jorge Manuel dos Santos Alves – “As Moedas de Ouro e Estanho nos Sultanatos do Extremo Norte de Samatra (séculos XIV a XVI).” Pp. 377-388

Este artigo estuda a cunhagem da moedas de ouro e estanho nos principais sultanatos do topo norte de Samatra, Pedir, Samudera-Pacém e Achém, entre os séculos XIV e XVI. Nele se procura destacar os seguinte aspectos: 1. o problema das fontes auríferas e da qualidade do ouro que abastecia aqueles três sultanatos malaios; 2. a organização dos três sistemas monetários; 3. a questão do entesouramento e do "sentido" dado ao dinheiro, sobretudo o de ouro, pelos sultões malaios do norte de Samatra naquela época.

Manuel Lobato – “Notas e correções para um edição crítica do Ms. da Livraria n.º 805 (IAN/TT), a propósito da publicação de um tratado do Pe. Manuel de Carvalho SJ.” Pp. 389-408

Descreve-se o códice, destacando os tratados da autoria de Jesuítas das Províncias da Ásia, especialmente o P.e Francisco Rodrigues, cujos escritos representam cerca de 40% do total do códice, justificando, assim, o título *Comentarios do Padre Francisco Rodrigues (...)* que ele ostenta. Passa-se em

revista a literatura produzida, quer sobre a totalidade desta peça única do direito canónico português, quer sobre alguns dos seus conteúdos, destacando um anterior trabalho do autor do artigo, onde este transcreveu parcialmente alguns desses conteúdos e, na íntegra, o tratado intitulado «Resolução de alguns casos versados nas partes da Índia lida pelo pe Manoel Carualho da Companhia de Jesu no anno de 1600. em Malaca», depois publicado em letra de forma por outro especialista nestas matérias, Ivo Carneiro de Sousa, infelizmente com graves deficiências quer na transcrição quer no estudo preliminar que lhe dedicou. Dá-se ainda um especial destaque ao projecto de edição crítica em curso no CEHCA-IICT, cuja conclusão se prevê para 2004. Finalmente, transcreve-se na íntegra, em apêndice, o tratado «Dos Contratos dos Bares de Sandolo de Solor e Timor» [c. 1600] da autoria do P. Gomes Vaz SJ.

Luís Filipe Barreto – “Da China Ming na Cultura Europeia: os Pólos Português e Italiano (1499-1550).” Pp. 409-446

O objectivo deste artigo é acompanhar a constituição do banco europeu de textos sobre a China Ming entre 1499, época das cartas de Lisboa de Girolamo Sernigi aquando do regresso da primeira viagem de Vasco da Gama à Índia, e 1550, primeira edição em Veneza do *Delle Navigazioni et Viaggi* de G. B. Ramusio. São estes os primeiros anos de uma informação europeia sobre a China Ming. Compreender as fundações que possibilitam as visões europeias da China é um exercício fascinante que coloca mil e um problemas.

Roderich Ptak – “The Fujianese, Ryukyans and Portuguese (c. 1511 to 1540s): Allies or Competitors?” Pp. 447-467

Aquando da conquista de Malaca em 1511, os Portugueses contaram com a colaboração de alguns Chineses, com toda a probabilidade mercadores oriundos do sul do Fujian. De outro modo, Chineses havia que estavam contra os Portugueses e que, certamente, se retiraram então de Malaca. O mesmo se terá passado com os mercadores de Ryukyu e do Champá. Nessa altura, a rede de Ryukyu já entrara em decadência, ao passo que o comércio do Fujian se encontrava em processo de expansão. À cooperação entre Portugueses e comerciantes do Fujian, aparentemente fomentada pela procura de pimenta na China, correspondia uma redução das actividades mercantis de Ryukyu. Ainda que, como sucedia no Sião, os negócios dos comerciantes Ryukyu e do Fujian convergissem, o certo é que os segundos tinham começado a minar os interesses dos primeiros. Uma das áreas onde os navios de Naha foram gradualmente desaparecendo depois de 1500 foi justamente a região do actual Macau. Os conflitos entre Chineses e Portugueses nos anos de 1520 conduziram ao encerramento temporário de Guangzhou, o que fortaleceu a posição do Fujian. Quando os mercados de Guangzhou reabriram, os comerciantes do Fujian regressaram a Guangdong, enquanto que os Portugueses se mantinham excluídos. Aos olhos dos mercadores do Fujian, estes já não formavam um “bloco”, antes se encontravam fragmentados em diferentes grupos privados. Estes grupos, que evitavam o Guangdong,

orientaram-se alternativamente para o Fujian e o Zhejiang, assim contribuindo para o crescimento do Fujian. Assim, o Fujian lucrava duplamente, tanto graças à queda de Malaca como aos acontecimentos dos anos de 1520. Os maiores perdedores eram os mercadores de Ryukyu, tanto mais que os portugueses não encetaram qualquer tentativa de cooperação com Naha, o que teria constituído um desafio à hegemonia do Fujian.

Dejanirah Couto – “Trois Documents sur une Demande de Secours Ormuzi à la Porte Ottomane.” Pp. 469-493

Os três documentos apresentados (dois originais persas acompanhados do respectivo trelado português, e um terceiro de que só nos resta o trelado) giram à volta de uma carta dirigida pelo vizir de Ormuz, Ra'is Charafuddin Falî, a Suleyman o Magnífico, pedindo-lhe que expulsasse os Portugueses. Para obter a adesão dos emires das cidades omanitas dependantes de Ormuz, o vizir enviou-lhes em 1526-1527 um dos seus próximos, Shoja' al-Din, munido da carta para Suleyman. Todavia a carta foi interceptada por um nobre de Qalhat favorável aos portugueses, Lorhasb ibn Mahmud Shah, com a ajuda de um mercador persa, Kamel Pur Hoseyn, e recuperada em seguida por António Tenreiro. Apesar de algumas dificuldades na datação da estadia de Ra'is Charafuddin na Índia - tudo indica que estas foram redigidas em 1528, tendo sido trazidas para Portugal por António Tenreiro no Outono do mesmo ano. Para além de fornecerem alguns dados sobre o estado das relações otomano-ormuzis contemporâneas, estes três documentos são igualmente reveladores da ingerência portuguesa na vida política local, e da clivagem no seio da nobreza arabo-persa de Ormuz, dividida entre partidários e adversários dos portugueses. Por outro lado, a confrontação do conteúdo dos originais persas com o trelado português permite avaliar o rigor da tradução do intérprete de Ormuz.